



O BRASIL SEGUNDO O ESPIRITISMO:

Representações da nacionalidade brasileira em *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938)

BRAZIL ACCORDING TO SPIRITISM:

Representations of brazilian national identity in Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho (1938)

*Thalita da Silva Alves*¹

*André Victor Cavalcanti Seal da Cunha*²

*Mairon Escorsi Valério*³

RESUMO

O texto apresenta as táticas do Espiritismo para lidar com pressões políticas durante a ditadura do Estado Novo, iniciada em 1937. Dado o contexto, pretendemos analisar as representações da nacionalidade brasileira presentes no livro *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938). A obra foi psicografada pelo médium Francisco Cândido Xavier, com autoria espiritual do cronista Humberto de Campos. Como metodologia, utilizou-se análise de conteúdo temática, conforme Bardin, sobre os trechos que tratam da formação do Brasil e de sua missão espiritual. Identificamos e descrevemos quatro tipos de representações: o Brasil como nação escolhida para ensinar caridade e fé à humanidade; o povo miscigenado que tem nessa característica a base para sua fraternidade; os negros brasileiros como elementos plenamente integrados à sociedade, e reconhecidos por seus sacrifícios pela pátria; a mansidão brasileira, que afasta o povo da violência revolucionária. Vemos que a composição étnica diversa dos brasileiros é colocada no centro da identidade nacional. Isso dialoga com o que era proposto por intelectuais do período, pela propaganda

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Rio Grande do Norte, Brasil. ORCID: 0009-0009-2164-4909. E-mail: thalitas.alves130@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, Brasil. Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Rio Grande do Norte, Brasil. ORCID: 0000-0003-2773-1455. E-mail: andreseal@uern.br.

³ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, Brasil. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. ORCID: 0000-0002-9574-9625. E-mail: mairon.valerio@usp.br.

oficial e pelos livros escolares que formavam o saber histórico de milhares de brasileiros. Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palavras-chave: Espiritismo. Chico Xavier. Estado Novo.

ABSTRACT

This study examines the strategies adopted by Spiritism in response to political pressures during the Estado Novo dictatorship, established in 1937. Within this context, we analyze representations of Brazilian national identity in the book *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938), psychographed by medium Francisco Cândido Xavier and attributed to the spirit author Humberto de Campos. As a methodology, thematic content analysis was employed, following Bardin's framework, focusing on excerpts that address the formation of Brazil and its spiritual mission. We identified and described four main types of representation: Brazil as a divinely chosen nation tasked with teaching charity and faith to humanity; the mixed-race population, with miscegenation as the foundation of national fraternity; Afro-Brazilians as fully integrated into society and recognized for their patriotic sacrifices; and a national disposition of gentleness that prevents revolutionary violence. These representations position Brazil's ethnic diversity as central to its national identity, in dialogue with contemporary intellectual discourse, official propaganda, and educational materials that shaped historical consciousness at the time. This research was supported by funding from the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Keywords: Spiritism. Chico Xavier. Estado Novo.

INTRODUÇÃO

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por grandes transformações no cenário político brasileiro, com efeitos sobre o campo religioso. Getúlio Vargas firmou uma aliança com a Igreja Católica. A instituição lutava para recuperar o poder, em declínio desde que o catolicismo perdera o posto de religião oficial ao fim do século XIX. Formou-se uma parceria vantajosa para ambos os lados - pois tinham inimigos em comum, como o comunismo e o liberalismo. No entanto, o Brasil passava por uma diversificação de seu campo religioso. Nestas circunstâncias protestantes, kardecistas e umbandistas tiveram que responder à situação de desvantagem e vigilância em que o Estado lhes colocara (Arribas, 2014).

Neste artigo trataremos sobre como o Espiritismo kardecista adotou discursos cívicos e patrióticos, alinhados com os rumos que o Estado brasileiro tomava, manifestando-os no livro *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938). A obra foi psicografada por Francisco Cândido Xavier, com autoria espiritual atribuída ao cronista Humberto de Campos.

O objetivo do presente trabalho é analisar as representações da nacionalidade brasileira encontradas em *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. A pesquisa se insere no domínio da História Cultural, ao investigar como “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1989, p. 17). Será utilizado o conceito de representação, a partir do qual abordaremos como categorias mentais são construídas por um grupo a serviço de determinados propósitos. Segundo Chartier (1988, p. 17),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Enquanto categorias de percepção da realidade, as representações legitimam práticas, ajudando a moldar o meio social. As estratégias que engendram dizem respeito à realidade imediata, de acordo com interesses de quem as constrói.

O objeto da pesquisa se configura pelas práticas religiosas e políticas, e por dinâmicas de um mercado editorial voltado ao público espírita. A metodologia utilizada na investigação foi a análise de conteúdo. Para empregar suas ferramentas, seguiremos as orientações de Laurence Bardin em seu livro *Análise de Conteúdo* (1977), a partir das quais buscaremos ir além das impressões iniciais da leitura da fonte.

Depois de um primeiro contato de familiarização com a obra, realizamos uma releitura acompanhada de listagem das representações da nacionalidade brasileira. Ao analisar as ocasiões em que suas características são objeto da narrativa, categorizamos os discurso desenvolvendo uma tipologia das representações. Ao longo do artigo trataremos de cada tipo. Primeiramente, sigamos para reflexões sobre a nacionalidade brasileira no século XX e seus precedentes.

1 IDENTIDADE NACIONAL, ESTADO E RELIGIÃO

No século XIX o Brasil começou sua construção como Estado-nação independente. A elite brasileira tinha como preocupação definir o que seria a nacionalidade brasileira, construindo discursivamente essa identidade. Às diversas experiências no extenso território era necessário sobrepor símbolos e narrativas que unissem a população. Para atingir esse objetivo houve a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838. Guimarães (1988, p. 6) apresenta peculiaridades da construção da identidade nacional:

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem

enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas.

A implantação do regime republicano fez sobressair novas matizes no quadro de nação que se desejava pintar. A modernização do Brasil passa a ser vista com urgência, objetivando a superação dos arcaísmos econômicos e sociais do país. Industrialização e urbanização rompem, aos poucos, o domínio firme da esfera agrária sobre política e cultura. Elite, classe média e proletariado urbanos são regidos por princípios diferentes daqueles da sociedade rural.

Essa classe média que ocupa maior espaço na economia, na vida social e se organiza para ter mais influência política é fortemente inspirada por ideais positivistas que ganharam expressão principalmente na França e no Brasil nos círculos militares. Trata-se de indivíduos mais letrados, alinhados a uma ideia de liberalismo econômico e que procura estabelecer uma nova ética republicana avessa a valores e estéticas monarquistas. (Hida; Coutinho, 2024, p. 2)

Para atender aos propósitos modernizadores, foi restringido o espaço de atuação da Igreja Católica e foram criminalizadas, com o Código Penal de 1890, muitas práticas religiosas consideradas ameaças à saúde pública, dentre as quais estavam práticas espiritualistas vindas da Europa.

O que hoje conhecemos como Espiritismo no Brasil não foi importado sem alterações do Velho Continente, e levou tempo para ser construído. Antes de sua criminalização em 1890, os espíritas não se consideravam um grupo religioso. Havia acirradas disputas entre os defensores de uma abordagem mais religiosa e filosófica e aqueles que a rejeitavam em prol de um Espiritismo empirista e científico. Os grupos apresentavam práticas diferentes e planos diversos quanto à propaganda de suas crenças (Giumbelli, 1997).

O rótulo de religião foi importante como estratégia contra a perseguição, possibilitando que os espíritas se abrigassem sob o direito constitucional à liberdade religiosa. Essa tática foi articulada pela Federação Espírita Brasileira (FEB)⁴ (Giumbelli, 1997), e ao seu sucesso pode ser atribuído o crescimento do Espiritismo kardecista como uma religião cristã no Brasil.

A Igreja Católica teve suas estratégias para recuperar a influência política e cultural que fora perdida na América Latina. No começo do século XX foi colocado em ação o projeto da Neocristandade, objetivando restaurar os domínios da fé católica no mundo. No Brasil, a influência da Igreja se fez sentir desde a Primeira República, com a articulação entre bispos

⁴ A Federação Espírita Brasileira (FEB) foi fundada em 1884, na cidade do Rio de Janeiro. É um dos muitos grupos espíritas surgidos no período, e existe até hoje. A atuação da FEB foi importante no período que segue ao Código Penal de 1890, quando a instituição passa a ser um ponto de apoio para demais grupos espíritas, oferecendo “[...] orientações legais, prestadas através de transcrições, pelo Reformador, de processos criminais e do acompanhamento, direto ou noticioso, de casos de ‘perseguição’ a espíritas” (Giumbelli, 1997, p. 72).

católicos e lideranças políticas em todo o país. Nos anos 1930, a Igreja assegura uma posição privilegiada ao conseguir aproximação com Getúlio Vargas, através de D. Sebastião Leme - arcebispo do Rio de Janeiro. O catolicismo passa a gozar de certas prerrogativas ao mesmo tempo que contribui para manter a ordem social desejada pelo projeto varguista (Hida; Coutinho, 2024).

Espíritas e outros grupos religiosos se opuseram aos privilégios que a Igreja Católica tentava reaver. Essa oposição à supremacia católica não passou impune.

A Federação Espírita Brasileira chegou a ser fechada por três dias para inquérito, sendo reaberta graças a intervenções de políticos e militares, que faziam parte da direção de diferentes centros espíritas. Um de seus líderes, Inácio Bittencourt, foi detido por receitar homeopatia e, portanto, exercer a prática ilegal de medicina. Segundo artigo publicado na Revista Reformador, em junho de 1948, uma senhora fora proibida de aplicar passes energéticos em sua casa, com o pretexto de curandeirismo. Em ambos os casos, as defesas alegaram que não havia nenhum proveito material e que os passes serviam não como terapia, mas um benzimento para afastar más influências espirituais. (Hida, Coutinho, 2024, p. 4)

Os espíritas já eram calejados no trato com essas situações de perseguição, pois as enfrentavam desde o fim do século XIX. Além disso, gozavam de capital político, o que foi de grande ajuda para sua resistência. Ainda segundo Hida e Coutinho (2024, p. 7), o Espiritismo foi visto com crescente simpatia pela classe média urbanizada, ganhando o favor de Vargas:

[...] uma vez que lideranças kardecistas não só realinhavam suas práticas à legislação em vigor, mas apoiaram abertamente o projeto de poder nacionalista, ordeiro e positivista, com a nascente literatura psicografada. Pode-se concluir que a publicação de “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” teve como um de seus objetivos conquistar a simpatia do Governo Vargas pela Federação Espírita Brasileira.

Ao analisar a fonte, veremos de que formas Xavier apresenta uma narrativa da nacionalidade brasileira que concilia o projeto de poder de Getúlio Vargas com os ditames da Doutrina Espírita.

2 CARACTERIZAÇÃO DA FONTE: BRASIL, CORAÇÃO DO MUNDO, PÁTRIA DO EVANGELHO

A obra que analisaremos está inserida na produção literária espírita, caracterizada pela complexidade de seu regime autoral. Aquele que realiza o ato da escrita, com caneta e papel à mão, assume apenas em parte a autoralidade dos escritos. Essa posição é partilhada com um ente desencarnado, um espírito. Esse fenômeno tem sido chamado de autoralidade compartilhada, ou interautoria. É um traço importante da produção do circuito cultural espírita que se desenvolveu no Brasil.

Assim, a literatura espiritista brasileira desenvolvida do século XIX ao XX possui um regime de autoralidade marcado por uma fratura na figura do autor, sendo entendidos o médium psicógrafo e o espírito escritor como autores de uma mesma obra, ocupando as posições singulares de autor empírico e autor espiritual, respectivamente, estabelecendo um processo de partilha nas dimensões apontadas por Maingueneau por meio da interautoria literária. Desta forma, se autor empírico não seria responsável pelo trabalho intelectual de criação do texto, tarefa atribuída ao autor espiritual, ele assume as repercussões sociais da obra no mundo jurídico e institucional. (Cunha, 2022, p. 37)

O regime de autoralidade compartilhada presente no Espiritismo inclui uma denegação da autoria, em que o mérito intelectual do psicógrafo é ofuscado. Isso pode ocorrer de diferentes formas. No caso da fonte aqui analisada, há uma denegação total: todo o conteúdo da obra era creditado a Humberto de Campos (autor espiritual) e não a Chico Xavier (autor empírico).

Esse nível de denegação faz parte da construção da imagem de Xavier por meio da Federação Espírita Brasileira e da revista *Reformador*. O médium era descrito como um homem humilde e de pouca escolaridade. Em resposta às acusações de imitação lançadas por seus críticos da imprensa, houve uma escalada na mitificação da imagem de Francisco Xavier.

[...] para consolidar a denegação de sua autoria, foram erguidos alguns pilares de sustentação, tendo como fulcro as imagens de pobreza material e cognitiva, de incapacidade intelectual e cultural, da qualidade de suas faculdades mediúnicas, de sua vivência cristã exemplar, materializada em um comportamento santificado. Esse conjunto sustentou uma representação em torno de sua figura autoral, permitindo a Chico Xavier introduzir elementos diferentes na matriz literária vigente no Espiritismo febiano de seu tempo. (Cunha, 2022, p. 335)

Assim, passou-se a negar quaisquer habilidades literárias de Xavier, apesar de este ser, inicialmente, retratado como um esforçado e capaz escritor autodidata. Além disso, foi representado como um exemplo de conduta: manso, humilde e desapegado dos bens materiais, pois não ficava com os lucros de suas obras. A imagem construída foi a de um psicógrafo cujos escritos gozavam de particular autoridade doutrinal devido a suas faculdades mediúnicas extraordinárias e sua excelência moral.

Passemos ao autor espiritual, Humberto de Campos. Escritor, jornalista e político maranhense, era membro da Academia Brasileira de Letras desde 1919. Com essa posição de destaque na sociedade, suas críticas cheias de ironia aos poemas psicografados de Chico Xavier renderam muitas réplicas na revista *Reformador*. O literato faleceu no fim de 1934 e, em abril do ano seguinte, algo inesperado ocorreu: ele apareceu como um espírito autor, em crônica psicografada por Xavier e publicada na revista.

Outros textos de Humberto de Campos seguiram o primeiro, somando, entre 1934 e 1937, 19 crônicas de autoria espiritual do maranhense. Esse é um número considerável entre

os 29 textos transmitidos ao público por Xavier no mesmo período. A novidade fez com que a atenção do público e dos jornalistas se voltasse ao jovem mineiro de uma forma até então inédita. A parceria entre as figuras de Francisco Xavier e de Humberto de Campos foi essencial para a formação da imagem autoral do médium (Cunha, 2022).

Assim, *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938) é fruto de uma colaboração já conhecida pelo público à altura de seu lançamento. O leitor é informado do propósito da obra já no prefácio, escrito por outro espírito autor, Emmanuel⁵: “esclarecer as raízes remotas da formação da Pátria do Evangelho” (Xavier, 2000, p. 11) O epíteto “Pátria do Evangelho” seria devido à missão espiritual do Brasil, de ensinar aos demais povos lições de fraternidade, caridade e “de crença e de fé raciocinada” (Xavier, 2000, p. 12) - alusão à ideia de que o Espiritismo seria a união entre ciência e religião. Abaixo, vemos que o prefácio apresenta argumentos para a pertinência do conteúdo da publicação.

Os dados que ele fornece nestas páginas foram recolhidos nas tradições do mundo espiritual, onde falanges desveladas e amigas se reúnem constantemente para os grandes sacrifícios em prol da humanidade sofredora. [...]

Se outros povos atestaram o progresso, pelas expressões materializadas e transitórias, o Brasil terá a sua expressão imortal na vida do espírito, representando a fonte de um pensamento novo, sem as ideologias de separatividade, e inundando todos os campos das atividades humanas com uma nova luz. Eis, em síntese, o porquê da nossa atuação, nesse sentido. O nosso irmão encontra mais facilidade para vazar o seu pensamento em soledade com o médium, como se ainda se encontrasse no seu escritório solitário; daí a razão por que as páginas em apreço foram produzidas de molde a se aproveitarem as oportunidades do momento. [...]

EMMANUEL. (Xavier, 2000, p. 11-13)

Assim, os testemunhos das falanges espirituais sustentariam a tese da obra: o Brasil seria um país destinado ao provimento de riquezas espirituais para o mundo. Cada nação tem sua missão, e a do Brasil seria a mais elevada. Emmanuel reconhece a importância de que encargo assim seja confiada a Humberto de Campos, devido ao talento do literato e sua relevância perante vasto público.

Em seguida vêm os trinta e um capítulos, contando com a introdução, na qual o espírito autor explicita seus objetivos. A intenção declarada é narrar o que de fato ocorreu no passado tanto entre os vivos quanto na realidade espiritual. Para falar dos acontecimentos terrenos, muitas vezes referencia a documentos históricos. Os eventos espirituais são recontados a partir de dados recolhidos das “tradições do mundo espiritual” (Xavier, 2000, p. 11). Ao longo do livro, o leitor se depara com diálogos, descrições que

⁵ Emmanuel foi o guia da obra de Francisco Xavier e realizou atividades que transbordaram o campo literário, atuando na navegação social do médium, em seu agir no mundo. Esse espírito autor foi construído discursivamente como uma figura erudita quanto a cultura clássica e conhecedora do percurso do cristianismo, pois foi testemunha ocular de seu desenvolvimento (Cunha, 2022, p. 363-365). Parece o espírito autor ideal para prefaciado uma obra que traz a história do Brasil sob o ponto de vista espírita.

exploram o lado psicológico de figuras históricas, e amplo uso de linguagem poética que evoca belezas naturais e engrandece supostos atos de heroísmo dos fundadores do Brasil.

O conteúdo de nossa fonte se assemelha a livros escolares da primeira metade do século XX. Destinados às séries primárias, eles eram o primeiro contato de muitos brasileiros com a história pátria. No contexto escolar essa literatura era útil porque “[...] trazia um conjunto de conhecimentos vinculados aos conteúdos programáticos do currículo escolar e era objeto de aprendizagem dos alunos” (Fernandes, 2009, p. 51). A popularidade dos livros não estava restrita às escolas, e seus conteúdos *fizeram a cabeça* de milhares de brasileiros.

As apropriações realizadas a partir de livros escolares não são o foco do presente estudo, mas tornam transparentes as comunicações da obra espírita com produções culturais de sua época. O Espiritismo cresceu no Brasil graças às articulações de um projeto propagandístico apoiado na publicação de obras literárias com temáticas da doutrina kardecista. *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* surge nesse contexto e responde às pressões políticas e sociais de forma familiar para o público espírita, levando um nome de peso para a validação do grande público - o de Humberto de Campos.

3 BRASIL, A NAÇÃO ESCOLHIDA

Desde os tempos coloniais a natureza vibrante do território brasileiro era louvada. Foi comparada com o Éden por suas belezas e sua população adepta à nudez, como se vivessem antes do pecado original. Essa representação paradisíaca persistiu através dos séculos. Um exemplo disso é o livro de leitura *Por que me ufano de meu país*, de Affonso Celso (1900)⁶, no qual são apresentadas potencialidades do Brasil na intenção de desenvolver o sentimento patriótico nos jovens leitores. Fernandes (2009, p. 94) resumiu numa lista as onze características abordadas por Celso, e cinco delas dizem respeito à natureza do Brasil:

1. Grandeza territorial: o Brasil é um dos mais vastos países da Terra;
2. Beleza incontestável, evidenciada através do Rio Amazonas, da Cachoeira de Paulo Afonso, das reservas florestais, da Baía da Guanabara e dos pampas do Sul;
3. Riquezas naturais abundantes: ouro, diamantes, gado, fosfato, águas minerais etc;
4. Variedade e amenidade do clima;
5. Ausência de calamidades que costumam afligir a humanidade: ciclones, terremotos, furacões, inundações, vulcões [...].

⁶ Devido ao sucesso da obra, ela se tornou um caso emblemático de literatura direcionada a construir sentimentos de amor e orgulho da pátria. A primeira edição, de 1901, saiu pela editora Laemmert e esgotou em alguns meses. A livraria Garnier assumiu a publicação a partir da segunda edição, no mesmo ano. A décima edição, vinte e cinco anos depois, foi publicada com tiragem de 10 mil exemplares, e parte da *Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira* (Bastos, 2002, p. 8).

Em várias passagens de *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do evangelho* (1938), vemos descrições do território brasileiro em toda sua extensão e riqueza natural. O próprio Jesus Cristo teria se emocionado ao contemplar a exuberância, incluindo a constelação do Cruzeiro do Sul “as homenagens dos céus aos vossos [de Cristo] martírios na Terra” (p. 15).

A passagem citada é do início da narrativa, quando Jesus manifesta tristeza causada pelas guerras da Idade Média e pelo suposto ofuscamento da mensagem do evangelho que teria ocorrido no período. Ele viaja à região descrita por Helil, emissário espiritual importante para a narrativa, como “continentes ignorados, onde espíritos jovens e simples aguardam a semente de uma vida nova” (Xavier, 2000, p. 22). Está se referindo às Américas. Lá, Jesus teria decidido:

Para esta terra maravilhosa e bendita será transplantada a árvore do meu Evangelho de piedade e de amor. No seu solo dadivoso e fertilíssimo, todos os povos da Terra aprenderão a lei da fraternidade universal. Sob estes céus serão entoados os hosanas mais ternos à misericórdia do Pai Celestial. [...] Aproveitaremos o elemento simples de bondade, o coração fraternal dos habitantes destas terras novas, e, mais tarde, ordenarei a reencarnação de muitos Espíritos já purificados no sentimento da humildade e da mansidão, entre as raças oprimidas e sofredoras das regiões africanas, para formarmos o pedestal de solidariedade do povo fraterno que aqui florescerá, no futuro, a fim de exaltar o meu Evangelho, nos séculos gloriosos do porvir. Aqui, Helil, sob a luz misericordiosa das estrelas da cruz, ficará localizado o coração do mundo! (p. 23-24)

No excerto acima fica estabelecida a primazia da nação cujo surgimento era predito. Aqui temos o primeiro tipo de representação, já mencionada no prefácio e na introdução: o Brasil como nação escolhida, pátria do evangelho, encarregada da mais elevada missão, que seria ensinar a fraternidade universal.

É pertinente que compreendamos o que é a *fraternidade* à qual se refere o texto. A noção espírita de fraternidade pode ser rastreada até escritos que lançaram as bases da Doutrina, como é o caso daqueles de Allan Kardec. O autor partilhava das raízes católicas da sociedade francesa, e avaliava que os ensinamentos morais da religião cristã permaneciam válidos.

Só o ensino moral, “[...] terreno onde todos os cultos podem reunir-se, estandarte sob o qual podem todos colocar-se, quaisquer que sejam suas crenças, porquanto jamais ele constituiu matéria das disputas religiosas”. O Espiritismo forma sua base religiosa nos ensinamentos morais do Cristo, as bem-aventuranças, o exercício do amor, único sentimento capaz de gerar unidade nas diversas crenças religiosas. (Albuquerque, 2015, p. 8)

Assim, é a moralidade que se baseia no amor ao próximo e na caridade que deveria ser adotada para a evolução espiritual de indivíduos e de todo um povo. A nobre incumbência do Brasil seria, desta forma, ser exemplo da fraternidade para o mundo inteiro, iluminando as demais nações.

O discurso progressista do Espiritismo fica bastante nitido quando falamos da caridade, a construção moral da Pátria do Evangelho, é fundamentada na caridade. O slogan espiritista "Fora da caridade não há salvação", encerra a caridade como único meio de se alcançar o progresso moral, a elevação dos espíritos, em suas classes e mundos, sua salvação. (Albuquerque, 2015, p. 8)

Traremos para discussão, a título de comparação, representações da nacionalidade portuguesa - já que esta aparece relacionada à gênese da identidade brasileira.

Para concretizar os planos, seria preciso que alguém desse início ao movimento para originar a pátria do evangelho. Isso coube aos portugueses "povo mais pobre e mais trabalhador do Ocidente" (Xavier, 2000, p. 24), chamados também de "a nação mais humilde da Europa" (p. 24), "o minúsculo Portugal" (p. 33) e "um agrupamento de espíritos trabalhadores e dedicados" (p. 52).

Escolher Portugal para tal missão grandiosa parece uma forma divina de exaltar os pequeninos. Os lusitanos são representados como povo humilde ao qual coube ser instrumento da divina providência para a formação da Pátria do Evangelho. Os jesuítas, retratados como "missionários de Deus, que afrontavam a noite das selvas para aclarar as consciências com a lição suave do Mártir do Calvário" (p. 33), teriam sido importantes agentes na construção da nação. Nas primeiras representações de Portugal vemos uma suposta ação da providência divina, cujo fim seria formar a Pátria do Evangelho.

4 MISCIGENAÇÃO, FRATERNIDADE E VIOLÊNCIA

Visões diferentes sobre a questão racial no Brasil e seu papel na formação de uma identidade nacional já existiam desde meados do século XIX. O naturalista alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) defendeu que era essencial que a escrita da história do Brasil tivesse como centro a mistura das raças branca, indígena e negra. A contribuição dos portugueses - da raça branca - era vista como a mais poderosa para a nação que se formava, mas indígenas e africanos também teriam seu lugar (Mendes, 2016).

Havia, também, os que enxergavam a miscigenação como um problema que teria que ser superado para o bem da nação. O discurso eugenista teve força no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, mas com opositores de peso. Affonso Celso, em *Por que me ufano de meu país* (1900) - grande sucesso editorial - foi um deles (Fernandes, 2009). Na década de 1930 surge Gilberto Freyre com *Casa-grande e Senzala* (1933), obra na qual se encontra um elogio à constituição mestiça da sociedade brasileira, dedicando capítulos às contribuições portuguesas, indígenas e africanas à história do Brasil. A obra permanece de grande importância na historiografia brasileira, suscitando louvores e duras críticas que impulsionaram o pensamento sobre a formação do Brasil.

A confluência de povos indígenas, europeus e africanos no território brasileiro é representada na fonte analisada como parte do plano divino para o ensinamento de uma fraternidade universal. Cada uma das três raças cumpriria um papel nesse plano.

Ismael havia realizado o seu primeiro feito nas Terras de Vera Cruz. Trazendo um naufrago e inocente para a base da sociedade fraterna do porvir, ele obedecia a sagradas determinações do Divino Mestre. Primeiramente, surgiram os índios, que eram os simples de coração; em segundo lugar, chegavam os sedentos da justiça divina e, mais tarde, viriam os escravos, como a expressão dos humildes e dos aflitos, para a formação da alma coletiva de um povo bem-aventurado por sua mansidão e fraternidade. Naqueles dias longínquos de 1500, já se ouviam no Brasil os ecos acariciadores do Sermão da Montanha. (Xavier, 2000, p. 39-40)

Os indígenas são retratados como um povo bom, simples e fraternal que acolheu os portugueses - *bons selvagens*. Os brancos aparecem como homens sofredores, os degredados “sedentos de justiça divina” (p. 39). Exilados de Portugal, teriam chegado ao Brasil sem nada e sobrevivido graças à bondade dos nativos - relação da qual surgiu a “base da sociedade fraterna do porvir” (p. 39). Essa união dos diferentes para criar algo novo teria sido a fundação de um povo fraterno, de convivência pacífica.

Nessa visão positiva sobre a constituição miscigenada da população brasileira, Xavier não estava sozinho, como já foi mencionado:

[...] é possível sugerir que há uma linhagem de autores latino-americanos, feito José Vasconcellos, Gilberto Freyre, Oswald de Andrade e Silviano Santiago, que valorizam a mestiçagem como constitutiva de uma sociedade peculiar no Brasil e na América Latina (RICUPERO, 2013, p. 538). Isto, em chave distinta, também é notado por Martuccelli (2021, p. 22), para quem o elogio da mestiçagem seria comum no pensamento latino-americano e daria vazão a uma obsessão - tanto por autores conservadores, quanto por críticos pós-coloniais - de buscar as raízes societárias autênticas dos latino-americanos encobertas pela “ocidentalização”. (Marino, 2022, p. 3-4)

A perspectiva descrita acima gozou de popularidade na década de 1930 e foi apropriada e mobilizada pelo Estado Novo em suas propagandas.

[...] o empreendimento estado-novista torna-se, também, um momento essencial para se entender a confecção do mito da democracia racial brasileira, em que o pensamento de autores como Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Gilberto Freyre foram chamados à baila, cabendo ao último, no entanto, primazia nessa construção ideológica. (Marino, 2022, p. 6)

Vemos que o escrito psicografado confere efeito de verdade espiritual para um mito de nação cuja especificidade é a miscigenação, da qual decorreria uma disposição fraterna entre as três raças. Ao realizar essa operação literária, Xavier se colocava em diálogo com o discurso propagado pelo Estado.

Os africanos constam na narrativa como “escravos, como a expressão dos humildes e dos aflitos para a formação da alma coletiva de um povo bem-aventurado por sua mansidão e fraternidade” (Xavier, 2000, p. 39-40). A vinda desses povos aparece como algo que estava

nos desígnios divinos desde o começo. No entanto, a forma que aconteceu, por meio da violência e da escravidão, teria desagradado os poderes celestiais.

A vinda dos negros e sua condição de escravizados consiste em um tema complexo da obra. Sua sujeição, seu suplício, aparecem como uma das origens das supostas disposições mansas e fraternas do Brasil. O sofrimento e a submissão - é o que fica evidente no texto - teriam lançado as bases da fraternidade brasileira. Assim, está delineado o segundo tipo de representação que encontramos na obra: a que aponta a miscigenação do Brasil na origem da mansidão e da fraternidade naturais de seu povo. Seríamos “o povo fraternal e generoso”, cuja alma é a “flor amorosa de três raças tristes, na expressão harmoniosa de um dos seus poetas mais eminentes” (Xavier, 2000, p. 14)⁷.

Há também a condenação da escravidão, que seria resultado da crescente ganância dos europeus, incluindo os portugueses. A nação humilde e trabalhadora foi corrompida pelo contato com as riquezas. As palavras abaixo foram atribuídas ao próprio Cristo a respeito dos rumos que tomaram o povo português:

Até aos meus ouvidos têm chegado as súplicas dolorosas das raças flageladas por sua prepotência e desmesuradas ambições. Na velha Península já não existe o povo mais pobre e mais laborioso da Europa. O luxo das conquistas lhe amolece as fibras criadoras e todas as suas preciosas energias e qualidades de trabalho vêm esmorecendo sob o amontoado de riquezas fabulosas. (Xavier, 2000, p. 52-53)

Os lusitanos não teriam desempenhado de forma correta o dever divino de fundar uma nação, desvalorizando a bênção recebida. Antes, teriam mudado seu caráter trabalhador por algo pior. Acima, a voz narrativa do espírito autor descreve um povo negligente em seus trabalhos e ingrato a quem lhes havia acolhido – os indígenas. Este é o segundo tipo de representação da nacionalidade portuguesa - e último que identificamos.

Assim, o primeiro tipo de representação é aquele que enfatiza características positivas de Portugal, povo pequeno e trabalhador, escolhido para estabelecer a base para a fraternidade brasileira. O segundo tipo de representação destaca violência ao lidar com os outros povos. As forças do bem contribuíram para que a formação da Pátria do Evangelho se cumprisse por meio dos portugueses, mas com respeito ao livre arbítrio desse povo. O mal que fizeram teria sido por conta própria, e não fazia parte do plano de Jesus Cristo. Vemos uma interpretação de fatos históricos *sensíveis*, pois tratam da violência perpetrada por supostos heróis da colonização, à luz da Doutrina Espírita.

5 OS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL

⁷ O eminente poeta citado por Xavier é Olavo Bilac. Este foi uma influente figura que defendeu a educação segundo o patriotismo militarista, e foi autor de livros de leitura escolares (Fernandes, 2009, p. 37; Bittencourt, 2023, p. 61-62).

É necessário reservar um espaço para falar especificamente de como os negros estão presentes na narrativa. A obra não se limita a falar da escravidão, e trata da inserção da população negra na sociedade e as causas desta integração ter ocorrido, supostamente, de forma mais plena e pacífica do que em outras nações.

A explicação de tudo retorna, é claro, a acontecimentos que a maioria desconhece, pois não estariam escritos em documentos históricos, mas nas “tradições do mundo espiritual” (Xavier, 2000, p. 11). Aqueles que vieram da África para as Américas o teriam feito devido a escolhas próprias. Foram decisões realizadas antes da encarnação, no momento de convocação por Ismael.

Irmãos — exorta ele comovido — até ao coração do Divino Mestre chegaram os vossos apelos de socorro espiritual. [...] Um ensejo novo de trabalho se apresenta para a redenção das vossas almas, desviadas nos desfiladeiros do remorso e do crime. Há uma terra nova, onde Jesus implantará o seu Evangelho de caridade, de perdão e de amor indefiníveis.. [...] Ali encontrareis, nos carreiros aspérrimos da dor que depura e santifica, a porta estreita para o céu de que nos fala Jesus nas suas lições divinas. Aprendereis, no livro dos padecimentos salvadores, a gravar na consciência os sagrados parágrafos da virtude e do amor, na epopéia de luz da solidariedade, na expiação e no sofrimento. (Xavier, 2000, p. 68-69)

Responderam ao chamado de Ismael entidades “envolvidas pela ciência, mas pobres de humildade e de amor” (p. 70). Estas encarnaram em sujeitos que sofreram para a construção do Brasil. Os escravizados estariam entre esse grupo, mas não constituem sua totalidade.

O que é dito de forma poética é que os espíritos dos escravizados escolheram sofrer pelo Brasil e pela expiação dos próprios pecados. Não era inovação de Xavier essa noção da servidão por vocação, da aptidão dos africanos e seus descendentes à submissão. Mas a essa ideia foi unida àquela do sofrimento como um caminho possível para a evolução espiritual, parte da Doutrina Espírita.

Como decidiram agir de forma abnegada, os escravizados tiveram sua contribuição reconhecida na sociedade brasileira – é o que afirma a obra. Como argumento, são mobilizados fatos que seriam provas da integração dos negros à sociedade.

Foi por isso que os negros do Brasil se incorporaram à raça nova, constituindo um dos baluartes da nacionalidade, em todos os tempos. Com as suas abnegações santificantes e os seus prantos abençoados, fizeram brotar as alvoradas do trabalho, depois das noites primitivas. Na Pátria do Evangelho têm eles sido estadistas, médicos, artistas, poetas e escritores, representando as personalidades mais eminentes. Em nenhuma outra parte do planeta alcançaram, ainda, a elevada e justa posição que lhes compete junto das outras raças do orbe, como acontece no Brasil, onde vivem nos ambientes da mais pura fraternidade [...]. (Xavier, 2000, p. 70-71)

A noção de que os negros tiveram oportunidades de galgar posições de prestígio na

sociedade brasileira, diferentemente do que ocorreu em países onde a segregação era estabelecida por lei (como nos Estados Unidos), aparece outras vezes no texto. Também entram aí supostos exemplos de amor à liberdade que seria natural aos brasileiros — e pelo qual os negros seriam muito beneficiados.

Temos então, assim, o terceiro tipo de representação da nacionalidade brasileira. Neste tipo, o Brasil não haveria segregado a população negra antes ou depois da abolição “incorporando-os definitivamente à grande família” (p. 71). Nisso, o pensamento de Xavier se assemelha ao que Freyre propõe sobre a existência de uma democracia social e racial no Brasil.

[...] a incursão nos fundamentos da suposta democracia racial brasileira era uma forma de afirmação das especificidades da democracia no Brasil, que não era política e sim social. Ou seja, como a sociedade brasileira detinha um conteúdo democrático intrínseco, não seria necessário dar ouvidos às ideias formais europeias de cidadania e direitos políticos. Com essa democracia social e racial genuína, portanto, seria dispensável uma democracia política no país. (Marino, 2022, p. 6-7)

Como já comentado, o pensamento freyriano sobre a mestiçagem no Brasil foi apropriado pela propaganda oficial na década de 1930. Pelo potencial de conciliar os antagonismos, esse discurso foi utilizado como argumento para afirmar a existência de uma democracia social no Brasil, que diminuiria a insatisfação quanto a falta de democracia política.

Retratar o Brasil como um país cujo povo é inclinado a amar a liberdade e independência parece distoar da realidade dos quase quatrocentos anos de escravidão. Não faz parte deste exercício apontar os diversos fatos que se opõem a tal versão história. Antes, é mais relevante para a presente pesquisa que o foco seja sobre como se deu a construção da representação existente e as camadas de sentido religioso e social presentes nela.

6 A MANSIDÃO BRASILEIRA

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela violência a nível global, com a Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazi-fascismo. A isso se seguiu ainda a Segunda Guerra Mundial, na qual a humanidade executou com cruel maestria as técnicas da violência em massa.

Nesse contexto, o fato do Brasil não se envolver em conflitos violentos aparece como característica importante do povo brasileiro. Não era novidade a representação do país como avesso ao derramamento de sangue. Trazemos, novamente, um exemplo da obra de Affonso Celso, *Por que me ufano de meu país* (1900).

7. Qualidades do caráter nacional: somos um povo ordeiro, pacífico, serviçal, sensível, sem preconceito; [...]
11. O Brasil possui uma história admirável, “relacionada com os mais notáveis acontecimentos da espécie humana, escasseiam guerras civis e efusões de sangue, sobejando feitos heróicos, formosas legendas, preclaras figuras, luminosos exemplos” (CELSO, 1997, p. 226). (Fernandes, 2009, p. 95)

Na fonte analisada, essa mesma noção é exemplificada pelo forma que se fala de certos acontecimentos históricos, como a abolição: “O marco divino da liberdade dos cativos erguia-se na estrada da civilização brasileira, sem a maré incendiária da metralha e do sangue” (Xavier, 2000, p. 206).

O advento da República também aparece de forma semelhante:

A proclamação da República Brasileira, como índice da maioria coletiva da nação do Evangelho, há de fazer-se sem derramamento de sangue, como se operaram todos os grandes acontecimentos que afirmaram, perante o mundo, a Pátria do Cruzeiro, os quais se desenvolveram sob a nossa imediata atenção. (Xavier, 2000, p. 212)

Lembramos que a justificativa oficial dada para o começo da ditadura do Estado Novo, em 1937, foi uma suposta trama revolucionária elaborada pela Internacional Comunista - o que depois se provou uma farsa redigida por integralistas. Isto é, na base da retórica do Estado Novo estava o medo da revolução das massas (Ferreira; Delgado, 2019).

A visão de que transformações ocorrem de forma pacífica e ordeira na história brasileira não é uma inovação na década de 1930. O mesmo vale para o temor de uma revolução das massas. Ambas as ideias estavam fundadas em narrativas oficiais produzidas pela intelectualidade oitocentista. Os historiadores do período estavam comprometidos com a reprodução da ordem social do Império. Por isso, silenciavam a participação popular nos rumos da história brasileira, reservando o protagonismo às lideranças políticas da elite (Rauter Pereira, 2024). Essa historiografia foi apropriada de diversas formas ao longo dos séculos XIX e XX. Como aponta Bittencourt (2023), os mitos nacionais chegavam ao público geral por meio da educação escolar, dos monumentos, dos desfiles oficiais e das comemorações de efemérides.

As disputas políticas são retratadas como algo de menor importância se comparadas às missões espirituais do Brasil. Não valeria a pena derramar sangue pelo que ocorre “[...] nos bastidores do poder transitório e precário dos homens”, pois “seus maiores eventos puramente políticos não deixaram, no entanto, de ser acompanhados pelos mensageiros do Bem, objetivando a tranquilidade comum e a evolução geral” (Xavier, 2000, p. 233). Esse afastamento do povo das lutas políticas na década de 1930 se encaixava com as pretensões autoritárias do Estado Novo.

Abaixo, temos um quadro que sintetiza a tipologia das representações da

nacionalidade brasileira elaborada ao longo do artigo.

Quadro 1 – Tipos de representações da nacionalidade brasileira

Tipo 1	Brasil como nação escolhida – o Brasil foi planejado para ser celeiro espiritual do mundo, gerando lições de fé e caridade que iluminarão toda a humanidade.
Tipo 2	O povo miscigenado – a convivência e mistura das três raças é a base da fraternidade do povo brasileiro.
Tipo 3	Os negros brasileiros – desde a escravidão, a população negra é acolhida e integrada à pátria, pois apresentaram abnegação ao encarnar para sofrer no processo de construção do Brasil.
Tipo 4	Mansidão brasileira – disputas políticas são de interesse secundário e não levam o povo brasileiro a violências revolucionárias. As grandes mudanças se operam de forma pacífica.

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

As descrições elaboradas para os tipos 2 e 3, vistas na tabela acima, mencionam de forma direta a constituição étnico-racial do Brasil. Os tipos 1 e 4 também estão relacionados à composição étnica. A fraternidade viria da diversidade, da convivência entre os diferentes. É seguro dizer, assim, que a miscigenação é estabelecida como característica central para que o povo brasileiro seja aquele que ensinará ao mundo lições de fraternidade universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da obra analisada o Brasil aparece como um país cheio de potencial e de riquezas naturais, com condições singularmente favoráveis aos seus habitantes, um verdadeiro paraíso. A maior riqueza, no entanto, seria seu povo diverso, ordeiro e pacífico. A causa dessa mansidão brasileira estaria na miscigenação entre brancos, negros e indígenas, permitindo a conciliação das muitas diferenças e a formação de uma nação fraterna.

Essas ideias sobre a nacionalidade, quando apropriadas pelo Espiritismo, ganharam explicações metafísicas. O Brasil não seria como é por acaso, mas teria resultado de um plano traçado pelo próprio Jesus Cristo e executado por seus emissários. Cada etapa para a concretização desses objetivos haveria sido posta em ação, primeiramente, num plano invisível por entes desencarnados.

O texto evidencia a importância do livre arbítrio para os espíritas e para sua concepção de história. Por causa deste princípio, os seres humanos não seriam impedidos de cometer violências, o que pode ser visto no processo de colonização. A evolução espiritual aparece como um processo demorado e penoso - que ocorreria por um bem maior. Em torno disso, o livro apresenta ambiguidades ao tratar de diversos tópicos, como é o caso da escravidão. Esta aparece como capítulo infeliz da história brasileira, enquanto a servidão e a submissão dos africanos e seus descendentes figuram como importante base para uma história de fraternidade.

As questões raciais já apareciam há tempos como tópico de discussão: estavam presentes já no começo da historiografia nacional, no século XIX. Também eram temas da literatura, incluindo livros escolares que formaram as representações de muitos indivíduos sobre a história do Brasil e sobre a identidade brasileira. Assim, a fonte analisada ao longo do artigo dialoga diretamente com temas que estavam, na década de 1930, no cerne das reflexões sobre o que significava ser brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, T. A. P. e. (2015). Chico Xavier e a construção simbólica do “Brasil” enquanto “coração do mundo” e “pátria do Evangelho”. *Mneme – Revista de Humanidades*, 16(36), 129–148.
- Arribas, C. G. (2014). *No princípio era o verbo: Espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-22012015-184049>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (2ª ed.). Edições 70.
- Bastos, M. H. C. (2002). Amada pátria idolatrada: Um estudo da obra *Porque me ufano do meu país*, de Affonso Celso (1900). *Educar em Revista*, 245–260.
- Bittencourt, C. (2023). As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In J. Pinsky (Org.), *O ensino de história e a criação do fato* (14ª ed., pp. 53–92). Contexto.
- Chartier, R. (1988). *A história cultural: Entre práticas e representações* (2ª ed.). Difusão Editorial.
- Cunha, A. V. C. S. da. (2022). *Chico Xavier: De jovem desconhecido a médium mais famoso do Brasil (1931–1938)*. Editora Universidade de Pernambuco.
- Fernandes, J. R. O. (2009). *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de história (1934–1961)* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). <https://doi.org/10.11606/T.48.2009.tde-23092009-143054>

- Ferreira, J., & Delgado, L. A. N. (Orgs.). (2019). *O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930–1945)* (9ª ed.). Civilização Brasileira.
- Giumbelli, E. (1997). *O cuidado dos mortos: Uma história de condenação e legitimação do espiritismo*. Arquivo Nacional.
- Guimarães, M. L. S. (1998). Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1(1), 5–27.
- Hida, R. T. B., & Coutinho, S. R. (2024). “Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho”: Espiritismo e política no Estado Novo. *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 22(67), e226709.
<https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/31915>
- Marino, R. (2022). Diferença na repetição? Alguns sentidos da mestiçagem e da “civilização brasileira” em movimentos culturais brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 38, e254652.
- Mendes, L. C. C. (2016). Martius e o IHGB: Disputas acerca da narrativa histórica oitocentista. *Boletim Historiar*, 16.
<https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/5684>
- Rauter Pereira, L. (2024). A mobilização popular como “acontecimento” na historiografia oitocentista: O “11 de janeiro de 1822” e a interpretação do processo de independência no Brasil. *Ariadna Histórica: Lenguajes, conceptos, metáforas*, 13, 83–106. <https://ojs.ehu.eus/index.php/Ariadna/article/view/27071>
- Xavier, F. C. (2000). *Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho* (26ª ed.). Federação Espírita Brasileira.

Recebido em: 16/10/2025

Aprovado em: 10/02/2026

Publicado em: 30/03/2026

Conflito de interesses: Nenhum declarado